

A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PERCEPTION OF TEACHERS ON EVALUATION
PROCESSES IN HIGHER EDUCATION

Cleber Luis Bombardelli

Daniela Tônus

Denise Teresinha M. Munzi

Fabiana Carvalho

Fernanda Krug

Fernanda Silva S. Rodrigues

Maurícia Cristina Lima

Tânia Regina W. Marchionatti*

Marlis Morosini Polidori**

* - Mestrandos do Programa de Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista IPA (2008/2010).

** - Docente da disciplina de Avaliação de Produtos e Processos do Programa de Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista IPA.

Resumo

Este artigo foi elaborado a partir das discussões realizadas na disciplina de Avaliação de Processos e Produtos do Programa de Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista-IPA. Dessa forma, buscou-se realizar uma pesquisa qualitativa junto a várias Instituições de Ensino Superior com o intuito de investigar qual a opinião dos docentes em relação aos processos de avaliação institucional. Os resultados salientam a importância de tal processo, assim como algumas falhas de comunicação e compreensão por parte da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Avaliação, SINAES, Instituições de Ensino Superior.

Abstract

This article was compiled from the discussions in the discipline of Process and Product Evaluation of the Professional Masters Program in Rehabilitation and Inclusion taught at the Methodist University-IPA. Thus, we attempted to conduct a qualitative research with several Higher Education Institutions in order to investigate what is the opinion of teachers in relation to the processes of institutional evaluation. The results highlight the importance of this process as well as some failures in communication and understanding by the academic community.

Keywords: Evaluation, SINAES, Higher Education Institutions.

Introdução

O desenvolvimento de um processo de avaliação institucional vem, nos últimos anos, mais especificamente a partir da década de 2000, tendo uma maior importância nos processos internos e externos das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. A partir da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 2004, através da Lei 10.861, foi possível visualizar a existência de processos avaliativos em cada IES do país que pertencem ao sistema federal de ensino (federais e privadas).

Sabe-se que, anteriormente a esta data, o país possuía ações avaliativas aleatórias, as quais não consistiram, em nenhuma época, numa avaliação que pudesse ser caracterizada como sistêmica. Foi o SINAES que veio a possibilitar tal avanço. Nesse sentido, a partir de exigências legais, mas também de uma maior conscientização da comunidade acadêmica, as IES iniciaram seus processos avaliativos tendo como base uma proposta de avaliação que viria a valorizar e considerar as especificidades de todos os elementos que compõem o sistema de ensino superior, ou seja, universidades, centros universitários e faculdades, tanto da esfera pública federal como da privada. Tendo já passado cinco anos da implantação do SINAES buscou-se, por meio deste ensaio, conhecer opiniões e percepções dos docentes que fazem parte de IES e que, de uma forma ou de outra, estão participando desse processo proposto.

Nessa esteira, apresentar-se-á, num primeiro momento, uma abordagem sobre a constituição do ensino superior no país, seguido pelo desenvolvimento de conceitos de avaliação e avaliação institucional tanto na esfera do SINAES como numa abrangência maior e, por fim, trabalhar-se-á com as análises dos questionários aplicados buscando desenvolver uma discussão sobre a temática.

Ensino Superior

O ensino superior é o mais alto nível dos sistemas educativos. Após a conclusão do ensino médio ou equivalente, o sistema educacional brasileiro oferece as seguintes opções para a continuidade dos estudos superiores: cursos sequenciais, com até dois anos de duração; cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), com duração de quatro, cinco ou seis anos; e cursos de formação tecnológica, com dois ou três anos de formação.

O processo seletivo mais tradicional para ingresso no ensino superior é o vestibular, o qual compreende provas que devem estar relacionadas aos conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio. Também existe a possibilidade de ingresso através do que se constitui numa avaliação do Ensino Médio, o chamado Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que apresentou uma modificação na sua inserção a partir do ano de 2009 interferindo na entrada das IES públicas em 2010.

Depois da graduação, há uma série de opções para a pós-graduação: *lato sensu* (cursos de especialização e MBA ou equivalentes) e programas *stricto sensu*, compreendendo o Mestrado (acadêmico e profissional) e o Doutorado.

Segundo o Decreto nº 5773/2006, o ensino superior está dividido em universidades, centros universitários e faculdades. As instituições de educação superior brasileiras também estão organizadas em duas categorias administrativas: as públicas, que são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, podendo ser federais, estaduais e municipais; e as privadas, que são as instituições mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. Essas podem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

A educação superior no Brasil está constituída em sistema federal (instituições de educação superior federais e privadas) e sistemas estaduais. O sistema federal está sob a autoridade do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos sistemas estaduais, e são administrados pelas Secretarias de Estado e Conselhos Estaduais de Educação (CEEs). Os dois tipos de sistemas obedecem à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Os cursos de graduação conferem diploma com o grau de bacharel, licenciado, tecnólogo ou título específico referente à profissão, como por exemplo, médico. A licenciatura habilita a ministrar aulas no ensino fundamental e médio e o grau de bacharel habilita a exercer as profissões em que foram habilitados.

O ensino superior pode ser ministrado nas seguintes modalidades:

- Presencial - quando exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações.
- A distância - quando a relação professor-aluno não é presencial, e o processo de ensino ocorre utilizando os vários meios de comunicação: material impresso, televisão, internet, etc. Nessa modalidade, as avaliações ocorrem de forma presencial.

Por intermédio do Censo da Educação Superior é possível obter dados relevantes quanto à situação e à organização do sistema de ensino superior no Brasil. Esse levantamento é realizado, anualmente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e publicado no ano seguinte. Há uma trajetória histórica desta evolução desde a década de 1970.

Os dados obtidos são comparados ao Censo do ano anterior para que os resultados possam ser discutidos e avaliados quanto a progressos, evoluções e mudanças necessárias para reflexões pertinentes e futuras estratégias de gestão.

Os eixos analisados são os seguintes: Instituições; Cursos (Graduação presencial e Educação tecnológica); Vagas, ingressantes, concluintes e matrículas (Graduação presencial e Educação tecnológica); Educação a distância; e Funções docentes (INEP, 2007).

De acordo com o INEP, o número de Instituições de Ensino Superior, no ano de 2007, foi de 2.281. Comparado ao ano de 2006, percebe-se um declínio nos índices de instituições. Destas, 89% são privadas e 11% públicas, divididas entre federais (4,6%), estaduais (3,6%) e municipais (2,7%). Os dados revelam que a maior parte das IES se concentra em faculdades 86,7%, enquanto universidades e centros universitários correspondem respectivamente a 8% e a 5,3%.

Dessa forma, pode-se perceber que o panorama nacional das IES demonstra maior investimento na educação por parte das faculdades, que são contempladas por escolas, institutos, faculdades integradas, faculdades, centros federais de educação tecnológica e faculdades de tecnologia.

Em relação aos cursos presenciais, o Censo demonstra que existem 23.488 cursos em todo o Brasil, sendo identificado um aumento de 6,3% do ano de 2006 para o ano de 2007. As IES privadas foram responsáveis pelo maior número de vagas ofertadas e, de uma forma geral, os dados comprovam que houve aumento de um ano para o outro. No entanto, o maior número de matrículas é atendido pelas instituições públicas.

A educação a distância apresenta um percentual significativo de crescimento e de abertura de novos cursos, sendo possível observar, de acordo com os dados do Censo de 2007, um aumento de 16,9% entre o período de um ano. A opção por cursos a distância nos tempos atuais retrata a realidade dos acadêmicos que, por motivos variados, não podem estar engajados em cursos presenciais devido ao tempo gasto em locomoção, distância, questões financeiras, dentre outros fatores que dificultam o acesso desses estudantes às IES. Contudo, esse aspecto se torna relevante pelo fato de ser uma alternativa e oportunidade que, de outra forma, não poderia se concretizar.

O Censo de 2007 mostra também que as faculdades continuam sendo maioria dentre as IES e o número de matrículas apresenta um aumento de percentual de 4,4% em relação a 2006. O ensino superior tem se tornado fundamental na vida da população em geral, diferente dos tempos antigos em que ser graduado era sinônimo de minoria na sociedade. As IES se apresentam como um meio de crescimento pessoal, profissional e pelo qual se acredita obter melhoria na qualidade de vida, além da ampliação de profissionais para o mercado de trabalho.

¹ - PROUNI – Programa Universidade para Todos – tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa (www.mec.gov.br/prouni. Acesso em 28 ago 2009).

As oportunidades de ingresso no ensino superior são maiores comparadas há alguns anos. Atualmente, as bolsas de estudo, PROUNI¹, dentre outras formas de financiamento, facilitam o acesso de estudantes ao ensino superior e aumentam o percentual de concluintes na graduação. A sociedade exige maior preparo, e o ensino superior se caracteriza como o ponto de partida para que cada vez mais a população esteja em consonância com as exigências do mercado.

Avaliação

O que é avaliação?

Permitir a produção de um retrato de como está a qualidade da educação em determinado momento para que, a partir da análise dessa imagem, seja possível construir diagnósticos e projetar soluções que possibilitem melhorar a qualidade do ensino. É basicamente essa a essência dos Sistemas de Avaliação desenvolvidos em nosso país.

Dessa forma, a avaliação serve como instrumento para medir desempenho e, a partir disso, permitir a formação de um juízo de valor sobre o que foi observado nessa medição. Tendo esses elementos à mão, é possível estabelecer as competências a serem desenvolvidas e aperfeiçoadas com o intuito de corrigir e calibrar ações destinadas à melhoria da qualidade de ensino.

A década de 1990 marcou o momento inicial de implantação dos sistemas de avaliação que hoje se consolidaram e são importantes ferramentas na definição das políticas educacionais públicas do Brasil. Além dos sistemas nacionais de avaliação (Saeb, Prova Brasil, Provinha Brasil, Enem, SINAES), as administrações estaduais e municipais também têm realizado seus próprios sistemas, como é o caso, por exemplo, do Saesp no Estado de São Paulo.

Com tais instrumentos é possível conhecer melhor em que patamares de aprendizagem situam-se nossas crianças e jovens nos diversos níveis educacionais. A análise dos resultados permite aos gestores da educação definir projetos e programas que buscam enfrentar e superar os eventuais problemas detectados nas avaliações.

Por que avaliar?

A principal finalidade dos sistemas de avaliação é servir como referência do aproveitamento educacional dos estudantes avaliados. A partir dos resultados e das comparações ano a ano, é possível traçar um diagnóstico da situação e da evolução do ensino oferecido, apurando-se, assim, eventuais eficiências ou deficiências e os problemas a serem enfrentados com a adoção de novas soluções, investimentos, capacitações de profissionais e abordagens nos campos pedagógico, administrativo, estrutural e organizacional.

A partir desse tipo de abordagem dos resultados de uma avaliação, é possível elaborar soluções que passam pelas políticas públicas nacionais e locais, pelas adequações necessárias regionalmente ou localmente e por intervenções pontuais em problemas que venham a ser identificados em pequenos ambientes, como uma única unidade escolar, uma sala de aula ou, mesmo, um único aluno.

A avaliação, portanto, é um instrumento de base que permite a formulação de soluções para a adoção de medidas efetivamente destinadas à melhoria do ensino.

Tais desafios não são desprezíveis, afinal, o Brasil contava em 2006 com mais de 42 milhões de crianças e adolescentes apenas nas escolas de Ensino Fundamental e Médio em todo o território nacional, segundo o Censo Escolar produzido pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

É evidente que nem sempre uma solução boa para uma escola é adequada para outra. Mas até para se perceber essa característica é possível contar com os resultados dos sistemas de avaliação aplicados em nosso país, já que se preocupam, também, em conhecer melhor o perfil social, econômico e educacional de alunos, professores e gestores.

Assim, a partir da análise aprofundada dos resultados das avaliações, é possível repensar práticas para a reorientação de políticas públicas e ações locais na área educacional, sempre com os olhos voltados ao fortalecimento de trajetórias de aprendizagem bem-sucedidas.

Avaliação Institucional

A avaliação institucional é um processo intencional, que transforma os dados puros de uma determinada realidade em objeto observável, construído para efeito de conhecimento e de produção de juízo de valor. Conforme Dias Sobrinho (2000), a avaliação institucional está de acordo com normas e objetivos, construídos de forma articulada, e deve ser conduzida por agentes sociais reconhecidos em função da qualidade e das transformações qualitativas dessas realidades.

O marco histórico do debate sobre a avaliação da educação superior começou na década de 1980, sendo discutida como um processo interno de autoconhecimento institucional ou como um meio de regulação das instituições pelo Estado e/ou pelo mercado (BARREYRO, G. B; ROTHEN J. C., 2006).

A avaliação não é apenas valiosa, mas sim essencial para qualquer sistema ou sociedade eficiente, pois, segundo Worthen *et al.* (2004), a relevância da avaliação apresenta-se em termos pragmáticos, éticos, intelectuais e pessoais. Pode ser por esses motivos que a avaliação está sendo cada vez mais utilizada como instrumento para obter metas em empresas e em órgãos do governo, tanto em nível local como regional, nacional e internacional.

Segundo Dias Sobrinho (2000), a avaliação da universidade possui caráter público, podendo ter várias etapas, as quais são analisadas e criticadas. São consideradas como uma organização complexa, que necessita de pessoas com a devida competência técnica, ética e política, que utilizam instrumentos, objetivos, critérios e metodologias reconhecidas institucionalmente. De acordo com esse autor, as principais fases dessa avaliação institucional são: (a) constituição dos agentes ou sujeitos sociais comprometidos com o processo; (b) constituição do objeto e objetivos; (c) estabelecimento de critérios, normas, metodologias e instrumentos; (d) produção dos juízos de valor e dos dispositivos para a transformação das realidades avaliadas.

Há concepções antagônicas de avaliação que recebem influências díspares como a do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e a do Exame Nacional de Cursos (ENC).

A proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece que os resultados de avaliação sejam o “referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior”, envolvendo tanto os cursos de graduação como as instituições de ensino superior para: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento no caso de cursos, e para credenciamento e recredenciamento no caso de IES. Assim, o SINAES tem o mérito de sinalizar uma mudança na concepção da avaliação com foco no mercado para a ênfase na melhoria da qualidade.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído principalmente pela necessidade de melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil e aumentar as responsabilidades e compromissos sociais das instituições de ensino superior (INEP, 2004). Ele possui três grandes pilares: Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avaliação Institucional/Autoavaliação e Avaliação Externa), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). O SINAES também possui instrumentos de informações complementares como o Censo e o Cadastro Docente. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), sendo a operacionalização de responsabilidade do INEP.

A função coordenadora do INEP tem a proposta de dar respaldo político e técnico, além de legitimar o SINAES, assegurando o bom funcionamento e a melhoria do sistema por meio da capacitação de pessoal, sistematização e organização de comissões avaliadoras, recebimento e distribuição de relatórios, coordenação de pareceres, encaminhamentos às instâncias competentes e divulgação ao público das análises consolidadas pelo Sistema.

O objetivo do SINAES é, portanto, avaliar o ensino superior em todos os seus aspectos, analisando o mérito e o valor das instituições de educação superior, seus cursos de graduação e o desempenho acadêmico de seus estudantes (Lei 10.861, 2004).

O Sistema busca assegurar melhoria institucional, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das funções públicas das instituições de ensino superior, por meio da ampliação dos objetos,

procedimentos e instrumentos de avaliação para além dos atualmente praticados, procurando permitir integração, participação, globalidade, relevância científica e social. Respeita, assim, os papéis específicos dos participantes, a identidade e a missão de cada instituição, visando melhorar o cumprimento da responsabilidade social e científica, especialmente da Educação Superior.

De qualquer forma, é inegável que o trabalho desenvolvido pelas Comissões da Avaliação das Condições de Ensino (ACE), bem como pelas Comissões feitas pelo INEP, Secretaria de Educação Superior (SESu), vem contribuindo para a melhoria dos cursos de graduação.

A avaliação institucional não deve ser realizada com atos isolados e difusos, pois resultará em efeitos imprecisos, podendo gerar usos contraditórios em relação à natureza e aos compromissos básicos da instituição. O interesse não é somente com os efeitos produzidos, mas também com condições e formas sociais de sua produção com intencionalidade e sentido educativos (DIAS SOBRINHO, 2000).

Essa avaliação visa cumprir uma retrospectiva crítica, socialmente contextualizada do trabalho realizado pela instituição com a participação de docentes, discentes, dirigentes e funcionários técnico-administrativos. Dessa forma, é possível gerar um diagnóstico técnico que possibilite um projeto integrado com o qual a comunidade envolvida se sinta identificada e comprometida.

Embora haja diferenças filosóficas que levam visões variadas da avaliação, elas não são incompatíveis para avaliadores sérios, pois consideram a integração das ações, evitando assim as dicotomias das múltiplas abordagens (LIBÂNEO, J. C., PIMENTA, 1999).

A avaliação institucional geralmente é constituída por dois grandes eixos: a avaliação interna (autoavaliação) e a avaliação externa. Dias Sobrinho (2000) explica que na avaliação interna os sujeitos pertencem à realidade que está sendo avaliada e, muitas vezes, com duplo estatuto de avaliador e avaliado. Esse processo se dá como autoavaliação quando os avaliadores não são só sujeitos, mas também parte do objeto. Ou como heteroavaliação, no sentido de que especialistas da instituição são constituídos sujeitos de ação que tenham o objetivo de ampliar os conhecimentos e, sobretudo, a valoração do

objeto de análise. A avaliação interna fornece as bases para a avaliação externa que, por sua vez, alimenta novos processos internos.

Na avaliação externa, há a confirmação da transparência e do caráter público da universidade e da avaliação pela participação efetiva dos membros da comunidade científica, de órgãos públicos ligados à educação, à ciência e à tecnologia, e de representantes da sociedade organizada.

Após a realização dessas avaliações, é necessária também a execução de uma reavaliação ou meta-avaliação. A meta-avaliação ou re-avaliação é entendida como a atitude e as práticas de contínua reflexão sobre o processo avaliativo. É coincidente no tempo com as outras etapas, embora lhe seja destinado um período próprio após o cumprimento das avaliações interna e externa. A reavaliação confronta as avaliações praticadas na esfera interna com as avaliações externas. Esse confronto deve produzir uma síntese sobre os conceitos da instituição e sobre os encaminhamentos indicados para a melhoria da qualidade da universidade e do próprio papel da avaliação como um processo contínuo de transformação e aperfeiçoamento.

Vale ressaltar que autoavaliação institucional constitui um momento de reflexão e um estudo crítico de cada instituição sobre suas diversas dimensões, resultando em informações que retratem a percepção de si mesma. A avaliação institucional contribui, pois, para uma maior transparência da gestão educacional perante a sociedade, permitindo que as Instituições de Ensino Superior demonstrem o cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e a coerência dos seus objetivos em relação às necessidades sociais. Mas a complexidade histórica no entendimento, conceito e utilização de instrumentos da avaliação ainda continua na contemporaneidade, a qual mantém a busca contínua de métodos e sistemas eficientes que “measurem” a prestação dos serviços ao cidadão.

Logo, as mudanças que norteiam a busca contínua da qualidade pela melhoria dos serviços de forma ética, séria e responsável, sabendo pontuar os fatores negativos e positivos de uma avaliação fundamentada em princípios legais, poderão favorecer tanto os interesses sociais quanto de seus próprios dirigentes, proporcionando assim benefícios mútuos. Mesmo que ainda tenhamos critérios e métodos de avaliação ainda não definidos na literatura, e muitas vezes utilizados de forma tendenciosa e pouco fidedigna, é impor-

tante que permaneça motivada a busca contínua pela qualidade, pois sem ela poderíamos retardar nossa evolução (POLIDORI, 2001).

A avaliação institucional deve culminar em um tratamento dos resultados, das transformações e do uso da avaliação. A avaliação tem um caráter prospectivo, ou seja, a avaliação não se cumpre apenas como desenvolvimento técnico de ações específicas, mas, sobretudo, como uma cultura educativa, sendo um modo social de formar. Enfim, a avaliação institucional é um processo metodológico e conceitualmente articulado e congruente, que deve ser construído socialmente – o que para a instituição deve significar que o uso do resultado da avaliação deve ser capaz de transformar a realidade avaliada (DIAS SOBRINHO, 2000).

Avaliação das Instituições de Educação Superior

Na esteira desta base conceitual, no SINAES, a Avaliação das Instituições de Educação Superior tem por finalidade identificar o perfil e o significado da atuação de cada instituição de ensino superior, respeitando suas especificidades (INEP, 2004). Essa avaliação se desenvolve em duas etapas: a autoavaliação, que é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação de cada Instituição de Ensino Superior e deve contar com a participação ampla da comunidade interna a quem cabe definir o objeto, os procedimentos, os objetivos e os usos do processo avaliativo; e a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, as quais avaliarão a participação, a integração e a articulação de relações de caráter pedagógico e de relevância social, de ensino, pesquisa e extensão, que devem estar em conformidade com o estabelecido no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) (INEP, 2004).

Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)

Em relação à Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), de acordo com o INEP (2004), esse processo analisa os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas de comissões externas e

têm como objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, com relação ao perfil do corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica.

Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)

No que diz respeito à avaliação do desempenho dos estudantes, esta é realizada por meio da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (Lei 10.861, 2004).

O ENADE é considerado um componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e deve ser aplicado periodicamente aos estudantes no final do primeiro e do último ano do curso, utilizando-se, inicialmente, procedimentos amostrais. Porém, a partir de 2009, o Exame foi realizado utilizando processo universal, ou seja, todos os alunos ingressantes² e os alunos concluintes³ devem fazer o ENADE.

O exame tem por objetivo verificar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, suas habilidades em relação à evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial. Ele tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes além do domínio de conhecimentos e de níveis diversificados de habilidades e competências para perfis profissionais específicos, esperando-se que os graduandos das Instituições de Ensino Superior evidenciem a compreensão de temas que possam transcender ao seu ambiente próprio de formação e sejam importantes para a realidade contemporânea. Essa compreensão vincula-se a perspectivas críticas, integradoras e à construção de sínteses contextualizadas.

² - Aqueles alunos que tiverem de 7 a 22% da carga horária mínima concluída (no caso de cursos tecnológicos de 7 a 25%).

³ - Aqueles alunos que tiverem concluído no mínimo 80% da carga horária mínima exigida em seus cursos (no caso de cursos tecnológicos de 75%).

Análises e Discussões

Com o propósito de obter informações sobre a percepção dos professores em relação aos processos avaliativos desenvolvidos na educação superior, foram aplicados 49 (quarenta e nove) questionários aos docentes pertencentes

a seis Instituições de Ensino Superior (IES): Centro Universitário Metodista IPA (IPA); Faculdade União das Américas (UNIAMERICA); Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); Universidade de Caxias do Sul (UCS); Faculdade Fátima e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). A maioria está localizada no estado do Rio Grande do Sul, com exceção da UNIAMERICA que está localizada no estado do Paraná.

Para tanto, foi entregue aos docentes um questionário com a seguinte pergunta: “Qual a sua percepção sobre o processo de avaliação institucional?”. A identificação do respondente solicitava o nome, a área e o curso ao qual pertencia. A partir das respostas obtidas, foi possível construir categorias, ou seja, sintetizaram-se elementos de abordagens mais recorrentes.

Das categorias destacaram-se como as mais referidas nas falas/percepções manifestadas pelos docentes em questão: (a) a consideração dos processos avaliativos serem instrumentos que proporcionam uma melhoria da qualidade do ensino superior; (b) a percepção de ser um processo que permite correções, traçar perspectivas e que auxilia na tomada de decisão e; (c) a possibilidade de permitir o planejamento na IES utilizando-se a avaliação como um instrumento de gestão.

Várias outras categorias foram constituídas nas análises realizadas. Uma delas se refere à necessidade que os docentes percebem que deve ocorrer no desenvolvimento de um processo avaliativo que seria a de divulgação dos achados, análises e resultados consequentes do processo avaliativo, perspectivando, inclusive, os objetivos que a Instituição de Ensino Superior pretende alcançar. Outras abordagens surgiram com um mesmo grau de ocorrência: a possibilidade de o processo de avaliação refletir a realidade do que é desenvolvido na IES; que esse processo apresenta como perspectiva mudança no contexto, que a participação no processo também exige um comprometimento por parte da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) e que o fato de o processo visualizar a totalidade das atividades desenvolvidas pela IES o torna de grande relevância.

Num mesmo patamar de importância encontra-se a melhoria que as ações avaliativas proporcionam ao processo de ensino-aprendizagem, a constituição de uma base de dados fidedigna que permite realizar levantamento de investigações de acordo com a proposta da instituição; corroborando com o processo de ensino-aprendizagem, conseguindo levantar

não somente as informações positivas, mas também as negativas, com o propósito de corrigi-las e, nesse sentido, aumentando a consciência da importância da participação em todo esse processo como um sujeito ativo, configurando-se outra categoria.

Com manifestações menos expressivas, verificou-se que o processo de avaliação permite o autoconhecimento e o conhecimento da IES; que é um processo dinâmico e também complexo; que o próprio processo permite a melhoria dos instrumentos utilizados; que o processo é considerado fundamental e organizado; e, principalmente, que esse processo não se caracteriza como punitivo, mas sim como construtivo. Outro elemento que compõe esse mesmo nível de abordagem é a consideração de que são desenvolvidos dois tipos de avaliação, a interna e a externa, além de considerarem o processo como proposta de existirem estratégias de enfrentamento aos problemas apresentados.

Há outras manifestações que apareceram no questionário, porém com menor grau de referência. Entre elas encontram-se: (a) a caracterização do processo avaliativo como um canal de comunicação e uma ferramenta de organização; (b) uma forma de unificar as condições e funcionamento da IES; (c) os mecanismos de levar informações da IES à sociedade; (d) a superação de dificuldades; (e) a análise crítica do próprio processo avaliativo e a existência de uma exigência externa à IES para a oferta de ensino de qualidade.

Ainda foi possível fazer um levantamento de elementos trazidos na ordem negativa do desenvolvimento do processo. Dentre eles, o mais evidenciado foi a pouca participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento do processo. Após, a “reclamação” trazida foi a falta de comprometimento da comunidade envolvida com o processo de avaliação que se correlaciona com o aspecto anterior. No entanto, coloca-o num espaço que o caracteriza além da participação, ou seja, uma participação comprometida. A seguinte informação foi na esfera da resolução de problemas, evidenciando que o processo de avaliação apenas identifica os problemas, mas não os resolve. No mesmo grau de importância, é evidenciada a questão de que as especificidades da IES não aparecem no processo por este se caracterizar subjetivo.

Numa mesma ordem de manifestações são apresentadas três questões: a não comunicação, pela IES, dos resultados da avaliação; o processo demonstra falhas de desenvolvimento e a visão institucional tirada do processo não é necessariamente aprofundada. Outros pontos que foram evidenciados pelos docentes como negativos são os seguintes: (a) ocorre falha na explicação do processo aos discentes; (b) o processo não atende à construção de políticas educacionais para a IES; (c) o processo é efetivamente quantitativo na busca de coletar dados; (d) existe ainda uma grande resistência dos sujeitos à participação no processo de avaliação e, por fim, (e) é possível detectar desvios de análises dos resultados alcançados.

A partir dos resultados encontrados, pode-se fazer uma reflexão acerca da atual realidade das IES no que se refere ao tema pesquisado: avaliação institucional. Esse processo de avaliação encontra-se em diferentes níveis de compreensão em cada IES, sendo que algumas já percebem sua importância e significado para a consolidação de projetos, adaptação, melhoria e concretização de outros aspectos que surgem a partir deste.

Porém, para algumas IES, o processo de autoavaliação ainda merece maiores discussões ou análises para que a comunidade acadêmica possa de fato compreender sua relevância junto à Instituição não apenas como um diagnóstico da realidade na qual se encontra, mas também como uma forma de intervenção objetivando sanar fragilidades evidenciadas.

Importante aqui evidenciar que os docentes fizeram a leitura do processo de avaliação institucional como aquele que abrange as várias ações avaliativas desenvolvidas na IES, tanto a partir de ações internas como daquelas advindas do exterior, por intermédio da participação do MEC. Nesse sentido, ressalta-se que no SINAES a avaliação institucional é aquela que se caracteriza somente pela autoavaliação e pela avaliação externa, sendo os dois outros tipos de avaliação considerados de acordo com seu título, avaliação de curso e avaliação do estudante. Essa é uma característica interessante de se analisar, tendo em vista que os docentes consideraram processo de avaliação institucional todo aquele que a IES realiza e se submete, e não somente aquele caracterizado pelo sistema de avaliação interna (autoavaliação) e externa.

Assim, o que se identifica entre as IES é, de fato, uma preocupação, por parte dos docentes, quanto ao processo de avaliação institucional, evi-

denciando dúvidas, questionamentos, falhas, assim como aspectos positivos e a constante busca por aperfeiçoamento. Ainda existem muitos aspectos a serem reavaliados pelas IES, e, por meio desta pesquisa, salienta-se que a avaliação institucional merece atenção por parte de toda a comunidade acadêmica para que possa de fato atingir seus reais objetivos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Educação Superior*. Brasília – DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2007*. Brasília – DF, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 2. ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

BARREYRO, G. B; ROTHEN J. C. “Sinaes” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96, Especial, 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 12 ago 2009.

BONNIOL Jean-Jacques; VIAL Michel. *Modelos de Avaliação: Avaliação como gestão*. Capítulo 2. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora Artmed, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da Educação Superior*. Capítulo 5: Funcionamento e modos sociais da avaliação institucional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, J. C., PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

POLIDORI, Marlis Morosini. *Avaliação do Ensino Superior: uma visão e uma análise comparativa entre os contextos brasileiro e português*. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. PT. 2001. Tese (Doutorado em Educação).

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – *Sistemas de Avaliação*. <<http://avaliacoes.educacao.sp.gov.br/>>. 19 set 2009.

WORTHEN, Blaine, R. *et al. Avaliação de programas: concepções e práticas*. Cap. 1. São Paulo: editora Gente, 2004.